CHAMADA PARA SUBMISSÃO DE CAPÍTULO

CALL FOR PAPERS

Publicação de livros

ECOSSISTEMA MINEIRO ACTIVO (EMA), SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS PAÍSES ACP[1]

Prazo final para submissão: 1 de outubro de 2025

E-mail : ouvrage-collectif-ema-acp@ss-cad.org
Telefone : (+237) 699 120 856 / (+237) 676 540 473
Link web (chamada em pdf para artigos):: https://ss-cad.org/fr/ouvrage-collectif-ecosysteme-minier-actif-sante-developpement-durable-dans-pays-acp
Ligação Web (instruções em PDF para os autores):
https://ss-cad.org/index.php/fr/instructions-aux-auteurs

Resumo:

Um Ecossistema Mineiro Ativo (EMA) é um ambiente natural ou antropizado dotado de potencial mineral e submetido a atividades de exploração, extração ou pós-extração mineral (reabilitação ambiental); trata-se de um ecossistema mineiro em processo de valorização do seu potencial de recursos minerais. Estas entidades territoriais sofrem degradação crônica que afeta tanto a saúde ecológica quanto a humana nos países ACP, onde se observa uma intensificação das atividades mineiras de risco em um contexto de negligência quanto à proteção ambiental. A presente chamada transdisciplinar baseia-se nessa realidade para problematizar a gestão insustentável dos EMAs nos países ACP. O objetivo é mobilizar acadêmicos, pesquisadores, especialistas internacionais, autoridades estatais e municipais, bem como atores do setor privado e da sociedade civil, com vista à elaboração de um diagnóstico situacional de proximidade acompanhado de propostas pragmáticas e reflexões prospectivas sobre a crise da gestão sustentável dos EMAs. Pretende-se, com isso, contribuir para o aprimoramento dos marcos políticos e programáticos de gestão dos EMAs, além de fortalecer as capacidades dos atores, mecanismos e processos de gestão voltados ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: *EMA, saúde, gestão, desenvolvimento sustentável, ACP.*

[1] ACP: Grupo de Países de África, Caraíbas e Pacífico.

Início da Fundamentação

Um Ecossistema Mineiro Ativo (EMA) refere-se a um ambiente natural ou afetado pelo homem sujeito a actividades de prospeção, exploração ou pós-exploração (recuperação) mineiras; um ecossistema mineiro em processo de valorização do seu potencial de recursos minerais. Estas actividades fornecem matérias-primas essenciais para vários sectores industriais, como a metalurgia, a energia, a ourivesaria, a joalharia, as tecnologias avançadas, etc. Geram divisas significativas e contribuem substancialmente para o PIB e o desenvolvimento socioeconómico dos países com indústrias extractivas generalizadas (Franks et al., 2016; Bossom e Varon, 1978; Hilson, 2013). Por exemplo, a exploração mineira gerou uma média de 5.554,52 milhões de dólares no PIB da Jamaica entre 1996 e 2024, com níveis máximos de 8.526,00 milhões de dólares no 2º trimestre de 2006 e 1.346,00 milhões de dólares no 2º trimestre de 2022. Enquanto a extração de diamantes gera, por si só, 30% do PIB do Botsuana, a extração de ouro representa 48,4% do PIB do Gana em 2024. O orçamento nacional do Mali foi de 21,5%, proveniente da indústria extractiva em 2023 . A contribuição do sector mineiro para o PIB da África do Sul e da RDC em 2024 foi de 6% e 12%, respetivamente. Nos Camarões, esta contribuição para o PIB quase triplicou em três anos, passando de 2,20% em 2020 para 6,29% em 2022, etc.

Essa contribuição relevante, contudo, é contrastada por impactos ecológicos e sociais cada vez mais preocupantes nos países ACP, onde há grande tolerância administrativa à violação de normas e regulamentos (Hilson e Potter, 2005). No aspecto ecológico, o uso de produtos químicos em canteiros de mineração causa sérias poluições ambientais (Fopa Fodo, 2023; Ndewe, 2021; Wolfe et al., 1998). Por exemplo, o mercúrio é usado na amalgamação do ouro e o cianeto na lixiviação. Outros produtos perigosos (ácidos, chumbo, arsênio, carvão ativo, xantatos, cobre, cádmio, urânio, antimônio, selênio, etc.) são utilizados para dissolver, separar ou identificar minérios (Gourdon e Lapeyronie, 2024; Lakrim et al., 2011).

Os resíduos tóxicos resultantes são despejados na natureza. Lagos de resíduos que permanecerão perigosos por 5.000 a 10.000 anos são formados, como também a contaminação de águas superficiais, a exemplo do rio Ajkwa, na Indonésia, que recebe 87,6 milhões de toneladas de resíduos com chumbo e arsênio anualmente (Izoard, 2021). Além da água, solos, biodiversidade e o ar também são contaminados. As obras de mineração destroem habitats de espécies animais e vegetais, perturbando ou mesmo desfigurando os ecossistemas, em um contexto de negligência à restauração ambiental (Meva'a. Abomo. Ndewe, Ejuande, Moukam Ngueudeu, 2023 ; Ndewe, 2021 ; El Hachimi, Bouabdli, Fekhaoui, 2013 ;).

No plano social, a poluição química dos EMA gera um conjunto de problemas de saúde humana em um contexto de ameaça aos direitos humanos em geral (SystExt, 2025). Trata-se, por exemplo, de erupções cutâneas, queimaduras, distúrbios neurológicos e digestivos associados a formas de intoxicação ou envenenamento. Essa contaminação da água contribui para o drama hídrico vivido na África, onde as doenças de origem hídrica matam 115 pessoas por hora (OMS, 2024). Os ciclos agrícolas e pastoris, bem como as economias locais, são perturbados por essa degradação ecológica generalizada, causando fome e empobrecimento das comunidades. Ademais, as instalações precárias de mineração são causa de diversas tragédias humanas, como o desastre da mina de ouro de Vaal Reefs, na África do Sul, que matou mais de 104 mineiros em 1995. Esses impactos se agravam em contextos de conflito armado, onde se desenvolve a extração de "minerais de sangue", conforme discutido por Jacquemot (2024), Amsterdam e Partners (2024), Bossé (2019) e Boltansky (2014). De forma geral, o perigo ecológico e social torna-se uma característica identitária dos EMA nos países ACP.

Essa crise é reveladora de um desalinhamento entre a valorização dos EMA nos países ACP e os objetivos do desenvolvimento sustentável relacionados à saúde humana e dos ecossistemas (Barma et al., 2012). Tal crise fundamenta o presente projeto de obra coletiva, que problematiza a gestão não sustentável dos EMA nas fases de exploração, explotação ou pós-exploração (reabilitação). Esse problema é estruturado em cinco eixos temáticos principais a serem explicitados e analisados.

O primeiro questionamento refere-se aos marcos político-institucionais, legislativos, jurídico-reg**1**ulamentares e normativos de gestão dos EMA nos países ACP. Ele abre um debate sobre a gênese e a evolução histórica, as tipologias e trajetórias desses marcos nos níveis internacional, nacional e local. Examina a pertinência e a eficácia desses marcos, que teoricamente deveriam garantir uma gestão sustentável dos ecossistemas mineiros (ITIE, 2023; Banco Mundial, 2009). Questiona-se sua aplicabilidade e efetividade na aplicação e/ou implementação, destacando falhas e limitações das disposições, mecanismos, procedimentos e processos envolvidos. As reflexões podem igualmente abranger a flexibilidade, a interoperabilidade e a capacidade desses marcos em resistir a diferentes formas de pressão, conforme apontado por Hilson et al. (2014). Também se discute a atualização e a adaptação constante a novos contextos de incerteza e crises globais (COVID-19, guerra russo-ucraniana, crise das sobretaxas alfandegárias, etc.). Dá-se atenção especial à análise da contribuição concreta de sua aplicação para a proteção dos EMA nas três fases (exploração, explotação e pós-exploração), com ênfase na promoção da equidade e da justiça social, segundo Voundi (2021). Contingências e desafios relativos ao contencioso mineiro, à diplomacia mineira e à cooperação mineira, em relação à sustentabilidade dos ecossistemas mineiros nos ACP, são igualmente temas pouco explorados que merecem investigação e documentação.

O segundo questionamento articula-se em torno das lógicas, estratégias e práticas dos atores mineiros na gestão dos EMA em relação à sustentabilidade. Na prática, busca-se identificar, caracterizar e avaliar os perfis dos atores mineiros de acordo com as tipologias de atividades e as condições relativas às três fases mineiras (exploração, explotação e pós-exploração) nos países ACP. A divergência de lógicas entre os diferentes atores e as mudanças recorrentes de posicionamento em função das oportunidades e desafios tornam mais complexas as trajetórias das políticas de atuação que delas derivam.

A reconstituição dessas trajetórias e sua caracterização conforme as tipologias de atores constituem um verdadeiro desafio científico a ser enfrentado neste chamado. Assim como essas lógicas fundamentam políticas, moldam estratégias e definem práticas dos atores, elas também determinam as trajetórias dessas políticas, estratégias e práticas. Trata-se do contínuo entre as dinâmicas dos atores e as trajetórias a elas associadas, cuja evolução histórica deve ser reconstituída e delineada ao longo de décadas.

Destaca-se a importância da análise das práticas dos atores como expressão concreta e tangível de suas lógicas, políticas e estratégias, e suas transformações no tempo e no espaço. Essa análise inclui a identificação e a caracterização dos riscos aos quais estão expostos. Dedica-se também à avaliação do engajamento ecológico dos atores — um ecologismo ativo guiado por prioridades de sustentabilidade que frequentemente contrastam com ambições capitalistas (Bonnet et *al*., 2014; Hedouin et *al*., 2007).

A decodificação das práticas dos atores inclui ainda reflexões sobre os processos e a eficácia dos mecanismos de controle, monitoramento, avaliação e vigilância das atividades de mineração nas três fases de um EMA (exploração, explotação e pós-exploração). Trata-se de verificar a disponibilidade e relevância dos documentos de referência desses processos, bem como sua conformidade com a legislação vigente nos níveis nacional e internacional; além de

avaliar as capacidades e o desempenho operacional das equipes responsáveis, bem como a qualidade e a eficiência de sua implementação.

Um olhar específico é voltado à análise das percepções comunitárias sobre a mineração, conforme seus impactos nos EMA e em cada uma de suas fases (exploração, explotação e pós-exploração). A identificação e classificação das respostas sociais e ecológicas, bem como os efeitos associados, constituem objeto prioritário de reflexão. A análise das dinâmicas dos atores responsáveis pelas questões mineiras nos ACP também abrange a avaliação das lacunas, disparidades e conflitos que afetam as redes de colaboração e parceria (LMI AMIR, 2020), bem como os esquemas de fraude e redes de contrabando mantidas desde a obtenção de licenças até a declaração da produção, como apontam Hilson et al. (2014).

O terceiro questionamento diz respeito aos impactos ambientais (ecológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos) das atividades mineiras sobre os EMA nos países ACP. Na prática, uma primeira reflexão aborda os impactos positivos. Trata-se de questionar os eventuais benefícios ecológicos dessas atividades; de analisar as contribuições econômicas substanciais da mineração em termos de rentabilidade econômica e financeira. É necessário evidenciar os dividendos sociais, culturais e políticos das atividades mineiras, bem como sua contribuição tangível para o desenvolvimento sustentável dos EMA. Para cada impacto positivo, devem ser destacados os desafios para sua otimização e os respectivos desdobramentos. As interações, interconexões e articulações entre esses impactos ecológicos, econômicos e sociais devem ser reconstituídas, bem como os efeitos derivados que lhes são atribuídos. Um interesse especial é dado à avaliação da contribuição dessa cadeia de impactos positivos no progresso dos territórios rumo ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, conforme definido pela ONU.

Uma segunda reflexão, ainda dentro deste questionamento, volta-se aos impactos ambientais negativos das atividades mineiras sobre os EMA. Trata-se de descrever, caracterizar e avaliar a pegada ecológica da mineração tanto nos EMA quanto nos EMP (Ecossistemas Mineiros Passivos — ecossistemas em hibernação, restaurados e/ou abandonados), em conexão com os desafios da sustentabilidade, como os drenagens ácidas e os contaminantes de lixiviação denunciados por Aubertin et al. (2002). São esperadas reflexões sobre as ameaças que a mineração impõe à biodiversidade e aos ecossistemas sensíveis, como a destruição dos recifes de coral no Pacífico durante a exploração de fosfato, conforme constatado por Shérazade Zaiter (2024). A geopolítica mineira, as crises, tensões e conflitos relacionados à mineração nos países ACP são igualmente trilhas investigativas a serem exploradas.

O quarto questionamento refere-se às perspectivas e à prospectiva. No que diz respeito às perspectivas, espera-se que as reflexões apresentem recomendações realistas e viáveis que contribuam para a melhoria dos marcos político-institucionais e para o fortalecimento das capacidades dos atores. Essas propostas devem fomentar a reorientação das dinâmicas de atuação dos envolvidos com vistas à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. São igualmente esperadas propostas sobre medidas de regulação sustentável da cadeia de impactos ambientais negativos, bem como estratégias para a otimização dos impactos positivos. Sugestões para aperfeiçoamento dos sistemas de controle, monitoramento, avaliação e vigilância das atividades mineiras nos EMA — como o uso de drones proposto por Ndewe et al. (2024) — são altamente desejáveis. Quanto à prospectiva, trata-se de investigar a evolução futura dos EMA nos países ACP, considerando as transformações geopolíticas em curso que apontam para uma nova ordem mundial multipolar. As mudanças previstas nos marcos políticos, institucionais e regulamentares, assim como a evolução das lógicas e práticas dos atores impulsionadas pela inovação tecnológica contínua nos ACP, são dimensões que

merecem exploração e documentação. Também é pertinente refletir sobre a evolução das cadeias de impacto em termos de intensificação, agravamento ou regressão, bem como o surgimento de novos tipos de impactos.

O quinto questionamento está relacionado ao próprio conceito de "EMA", desenvolvido pela primeira vez nesta argumentação. Os diferentes questionamentos acima e as propostas prospectivas derivadas suscitam uma reflexão acadêmica de base. Essa reflexão não poderia constituir o ponto de partida para a construção de um novo campo disciplinar transversal a todas as ciências mineiras? Sob essa ótica, quais seriam, se existentes, os fundamentos epistemológicos? Os eixos teóricos específicos? As inovações metodológicas?...

De modo geral, este chamado à contribuição visa mobilizar docentes-pesquisadores, pesquisadores e especialistas de organizações internacionais e estatais, atores de ONGs ou escritórios de estudos, instituições públicas, do setor privado e da sociedade civil de todas as nacionalidades, com o objetivo de estabelecer um diagnóstico situacional acompanhado de recomendações e reflexões prospectivas sobre as dinâmicas de gestão não sustentável dos EMA nos países ACP. O propósito é, por um lado, contribuir para a melhoria significativa dos quadros políticos, estratégicos e programáticos de gestão sustentável dos EMA; e, por outro, fortalecer as capacidades dos atores, bem como os mecanismos e processos de gestão desses territórios de alto risco, sensíveis, heterogêneos e complexos. A esse respeito, as contribuições deverão enquadrar-se em um dos seguintes eixos temáticos:

EIXOS TEMATICOS

EIXO 1: Quadro Politico-Institucional, Juridico, Normativo E Estratégico

1. Políticas e estratégias de desenvolvimento do setor mineiro
2. Governança mineira e saúde dos ecossistemas
3. Procedimentos administrativos no setor mineiro
4. Direito e regulação do setor mineiro (internacional, nacional e local)
5. Diplomacia mineira e ingerência estrangeira no setor mineiro
6. Direitos das comunidades e reivindicações em contexto mineiro
7. Contencioso mineiro e sustentabilidade dos ecossistemas
8. Cooperação mineira e sustentabilidade dos ecossistemas
9. Conflitualidade, embargos e gestão de conflitos no setor mineiro
10. Descentralização e governança local do setor mineiro
11. Fiscalidade mineira e sustentabilidade dos ecossistemas
12. Governabilidade do setor mineiro informal

EIXO 2: Lógicas, estratégias e práticas dos atores

1- Exploração mineira: atores, lógicas, estratégias e práticas
2- Explotação mineira: atores, lógicas, estratégias e práticas
3- Reabilitação ambiental: atores, lógicas, estratégias e práticas
4- Inovação tecnológica e contribuição da IA no setor mineiro
5- Controle, monitoramento e avaliação no setor mineiro
6- Vigilância e fiscalização no setor mineiro
7- Segurança e saúde nos locais de mineração
8- Trabalho infantil e questões de gênero no setor mineiro
9- Responsabilidade social corporativa (RSC) no setor mineiro
10- Mineração artesanal/informal, contrabando e tráfico mineiro

11- Guerra civil, minerais de sangue e comunidade internacional
12- Sociedade civil e setor mineiro

EIXO 3: Impactos das atividades mineiras

1. Poluição de águas superficiais e subterrâneas; drenagem ácida
2. Poluição e degradação dos solos
3. Poluição do ar e mudanças climáticas
4. Riscos geológicos e geotécnicos, perturbações sonoras e vibratórias
5. Desmatamento e destruição de habitats naturais
6. Degradação da biodiversidade e das paisagens
7. Impactos na saúde humana e no bem-estar
8. Impacto sociopolítico e guerras pelos minerais
9. Conflitos sociais, justiça social, efeitos psicológicos e mudanças identitárias
10. Migração mineradora e turismo de mineração
11. Impactos nas economias nacional e local
12. Compensações locais e transformações socioeconômicas

SUBEIXO 4: Perspectivas para a gestão sustentável dos EMA

1. Política mineira
2. Governança mineira
3. Transparência mineira
4. Dinâmicas dos atores
5. Preservação da biodiversidade nos EMA
6. Gestão dos recursos hídricos nos EMA
7. Participação e desenvolvimento comunitário em contexto mineiro
8. Governança e arcabouço regulatório em contexto mineiro
9. Reabilitação dos ecossistemas mineiros
10. Avaliação ambiental
11. Proteção civil e intervenção de emergência
12. Prevenção de riscos e desastres

SUBEIXO 5: Heurística das ciências mineiras

1. O conceito de Ecossistema Mineiro Ativo
2. Elementos de epistemologia
3. Elementos teóricos
4. Inovações conceituais, teóricas e metodológicas
5. Pesquisa quantitativa
6. Pesquisa qualitativa
7. Limitações metodológicas
8. Trabalho de campo e especificidades
9. Dados sensíveis e mecanismos de obtenção
10. Pesquisa de risco e experiências desastrosas em pesquisa
11. Gênero e pesquisa científica
12. Relatos de experiência sobre minerais de sangue

Procedimentos para Submissão de Artigo

Este chamado à contribuição está aberto a acadêmicos, pesquisadores, especialistas internacionais, estatais e municipais, bem como a atores do setor privado e da sociedade civil interessados na temática abordada. As pessoas interessadas em contribuir para a obra coletiva são convidadas a submeter um artigo completo, original, inédito e que não esteja em processo de avaliação por outro meio de publicação. Os artigos, redigidos em francês ou inglês, devem ser enviados até 1° de outubro de 2025 às 0h00 para o seguinte endereço de

E-mail : ouvrage-collectif-ema-acp@ss-cad.org

O texto deve seguir rigorosamente as instruções para autores, disponíveis para download no site: https://ss-cad.org/index.php/fr/instructions-aux-auteurs

Principais datas:

Data	Actividades
20 de junho de 2025:	Lançamento do chamado para contribuição
01 de outubro de 2025:	Data limite para envio das contribuições
15 de outubro de 2025 - 15 de fevereiro de 2026:	Início do processo de avaliação
15 de junho de 2026:	Publicação da obra

Coordenação científica

- Meva'a Abomo Dominique (Prof & HDR), Universidade de Douala (Cameroes)
- Ndewe André Armand (Dr/PhD), Universidade de Douala (Cameroes)
- Judite Medina Do Nascimento (Prof), Universidade de Cabo Verde (Cabo Verte)
- Justin Haguma (Prof), Institut Supérieur d'Administration et de Développement de Goma (RDC)

Secretariado Permanente

- Dr Ndewe André Armand, Universidade de Douala (Cameroes)
- Dr Ejuande Emanuel wonomu, Universidade de Buéa (Cameroes)
- Dr Moukam Ngueudeu Bienvenue, Universidade de Douala (Cameroes)
- Dr GWETH II Suzanne Grace Aimée, Universidade de Douala (Cameroes)
- Dr Mbella MBong Rostant, Universidade de Douala (Cameroes).

Comité científico

Pr Robert Kpwang Kpwang, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Nji Zephania FOGWE, Universidade def Bamenda (Camarões) ; Pr Judite Medina Do Nascimento, Universidade de Cabo Verde (Cabo-Verde) ; Pr Ait Laasri Badr Eddine, Universidade IBN ZOHR Agadir (Marrocos) ; Pr Parisse Akouango, Universidade Marien N'Gouabi (Congo-Brazzaville) ; Pr Kalamba Nsapo (Faculdade de Estudos Interculturais de Bruxelas) ; Pr Nadjitonon Ngarmaïm, Universidade de Sarh (Chade) ; Pr Traoré Issouf, Universidade Thomas Sankara (Burkina Faso) ; Pr Justin Haguma, Instituto Superior de Administração e Desenvolvimento de Goma (RDC) ; Pr Modika Johnson, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Silvia Monteiro, Universidade de Cabo Verde (Cabo-Verde) ; Pr Germain Kuna Maba Mambuku, Universidade Kongo (RDC) ; Pr Nkumbesone Makolè,

Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Issa Justin Laougue, ENS de Abéché (Chade) ; Pr Martin Fouda, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Abdpulaye Mfeyou, Universidade de Dschang (Camarões) ; Pr Jean-Papy Manika Manzongani, Universidade Kongo (RDC) ; Pr Joseph Pascal Mbaha, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Ebweme Yonzaba Jacques, Universidade de Kinshasa (RDC) ; Pr Samuel aimé Abossolo, Universidade d'Ebolowa (Camarões) ; Pr Maria de Lourdes Gonçalves, Universidade de Cabo Verde (Cap-Vert) ; Pr Eloundou Messi Paul Basile, Universidade de Maroua (Camarões) ; Pr Richard Lumbika Nlandu, Universidade Kongo (RDC) ; Pr Sop Sop Maturin, Universidade d'Ebolowa (Camarões) ; Pr Sónia Silva, Universidade de Cabo Verde (Cabo-Verde) ; Pr Pini- Pini Nsasay, Universidade de Bandundu (RDC) ; Pr Marie Louise Ba'ana Etoundi, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Joséphine Lemouogue, Universidade de Dschang (Camarões) ; Pr Mbaindoh Beltolna, ENS de Abéché (Chade) ; Pr Guylain Lema Maliese, Universidade Kongo (RDC) ; Pr Charly Dzalla Ngangue, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Mbeng Dang Hanse Gilbert, Universidade de Bertoua (Camarões) ; Pr Palama Bongo Nzinga François, Universidade de Kinshasa (RDC) ; Pr Jean Baptiste Nzogue, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Norbert Aimé Melingui Ayissi, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Ernest Messina Mvogo, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Baenda Fimbo Zacharie, Universidade de Kinshasa (RDC) ; Pr Nadège Ngo Nleng, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Raphaël Assil Batenguene, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Tchiadeu Grâcien, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Emanuel Mayi, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Liyongo Empengele Jean, Universidade de Kinshasa (RDC) ; Pr Atangana Etienne Joël Louis, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Tefe Robert, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Yom Jacques, Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Bolakonga Ilye Antoine-Bily, Institut Facultaire des sciences Agronomiques de Yangambi (RDC) ; Pr Ntjam Marie Chantale Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Pegha Alain Roger Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Lehmann Léopold Gustave Universidade de Douala (Camarões) ; Pr Meva'a Abomo Dominique, Universidade de Douala (Camarões).

Referência bibliográfica

- Amsterdam & Partners LLP (2024), Minerais de sang « Tout le monde voit les massacres à l'est du Congo, Mais tout le monde se tait », Washington DC.
- Aubertin M., Bussière B. et Bernier L., (2002). Environnement et gestion des rejets miniers : Manuel sur cédérom. Montréal : Presses internationales polytechniques.
- Barma N. H., Kaiser K., Le T. M. et Viñuela L. (2012), Rent to Riches?: The PoliticalEconomy of by Natural Resource-LedDevelopment, Banque mondiale, Washington.
- Boltansky Ch. (2014), Minerais de sang. Les esclaves du monde moderne, Gallimard, Folio.
- Bonnet, X., Briand, M. J., Brischoux, F., Letourneur, Y., Fauvel, T. & Bustamante, P. (2014). Anguilliformfishreveal large scale contamination by mine trace elements in the coralreefs of New Caledonia. Sci Total Environ, 470-471, 876-82
- Bossé M. (2019), Les « minerais de sang », facteurs de conflits au Kivu (République Démocratique du Congo). Étude des rivalités territoriales dans une zone grise d'Afrique centrale. GéoPro, Universidade de Reims-Champagne Ardennes.
- Bossom R. and Varon B .(1977). The MiningIndustry and the Developing Countries. Oxford UniversityPress, Oxford.
- El Hachimi M. L., Bouabdli A., Fekhaoui M. (2013), *"Les rejets miniers de traitement : caractérisation, capacité polluante et impacts environnementaux, mine Zeïda, mine Mibladen, Haute Moulouya (Maroc)"*, Environnement, Ingénierie & Développement, Vol. , N°63 (mars 2013) 26 - 30 p., doi:10.4267/dechets-sciences-techniques.2567

- Fopa Fodo G. (2023), Exploitation minière au péril de l'environnement dans la région de l'Est-Cameroun. https://letudiantafricain.com/blog-l%C3%A9tudiant-africain/exploitation-mini%C3%A8re-au-p%C3%A9ril-de-lenvironnement-dans-la-r%C3%A9gion-de-lest-cameroun
- Franks, D.M., Pakoun, L., Ngonze, C. (2016). Development Minerals: Transforming a neglected sector in Africa the Caribbean and the Pacific. United Nations Development Programme.
- Gourdon J., Lapeyronie H. (2024). *Le potentiel minier de l'Afrique : Panorama, enjeux et défis*. Editions Agence française de développement, 19, Hors-série, 978-2-37902-016-2. hal-04741999
- Hedouin, L., Pringault, O., Metian, M., Bustamante, P. & Warnau, M. (2007). Nickel bioaccumulation in bivalves from the New Caledonialagoon: seawater and foodexposure. Chemosphere, 66, 1449-57.
- Hilson, G. (2013). " Creating" Rural Informality: The Case of Artisanal Gold Mining in Sub-SaharanAfrica. SAIS Review of International Affairs 33(1): 51-64.
- Hilson, G., Hilson, A., Adu-Darko, E. (2014). Chinese participation in Ghana's informal gold mining economy: Drivers, implications and clarifications. Journal of Rural Studies 34: 292-303.
- Hinton, J. (2005) Communities and Small-Scale Mining: An Integrated Review for Development Planning. The World Bank, Washington DC, Human Well-Being, International Association for Impact Assessment, Fargo.
- ITIE. (2023). Stratégie de sensibilisation de l'ITIE 2023-2026 (22p.). Extractive Industries Transparency Initiative | EITI.
- Izoard C. (2021, 16 novembre). *Entretien – Mines et métaux : les ravages ignorés de l'activité minière,* Reporterre, le média de l'écologie. https://reporterre.net/Les-ravages-ignores-de-l-activite-miniere; consulté le 29 mars 2025.
- Jacquemot P. (2024), *Le système de la prédation minière dans les Grands Lacs africains. Conflits armés, pillage des ressources naturelles et violence extrêmes dans l'est du Congo*, Institut conglais d'études avancées (ICEA), Kinshasa, Congo - Kinshasa. https://hal.science/hal-04747361v2
- Lakrim M.et al. (2011), *Etude d'impact des déchets miniers de la mine de Nador sur l'environnement (nord-est du Maroc). Impact study of mining waste of the Nador mine on the environment (North-Eastern of Morocco)*, LJEE, Vol. 10, N°18, p.78-94.
- LMI AMIR, Activité minière responsable au Maroc : enjeux et solutions, 2020.
- Meva'a. A. Ndewe A.A., Ejuande E. W. Et Moukam N.(2023). *Dégradation des écosystèmes miniers après exploitation dans la région de l'est Cameroun : défis et Enjeux*. Éditions Connaissances et Savoirs, 2023, Volume 6 : L'équation géopolitique en Afrique subsaharienne 189-210.
- Ndewe A.A., Ejuande E. Wonomu, Fogwe Z.N., « L'Intelligence artificielle : une opportunité pour le développement de l'artisanat minier Camerounais », Communication, technologies et développement [En ligne], 15 | 2024, mis en ligne le 29 juin 2024, consulté le 08 avril 2025. URL : http://journals.openedition.org/ctd/11675 ; DOI :https://doi.org/10.4000/123j0
- Ndewe. André Armand 2021. Gestion post-exploitation des écosystèmes miniers et durabilité des sites dans la région de l'est-Cameroun. Thèse soutenue à l'Universidade de Douala-Cameroun. Faculté des Lettre et Sciences Humaines (FLSH), Département de Géographie.588p.
- OMS (2024). https://www.afro.who.int/health-topics/water
- Shérazade Zaiter, 2024. Pacifique, l'agonie de l'île de Nauru, le journal info consulté 08 Avril 2025. https://lejournal.info/article/pacifique-lagonie-de-lile-de-nauru/
- SystExt (2025), Violations de droits humains dans le secteur minier en Afrique subsaharienne. https://www.systext.org/node/2111

- Voundi, E. (2021). Extractivisme minier dans l'Est-Cameroun et controverses socio-environnementales : quelles perspectives pour un développement paisible des communautés locales ? *BELGEO*, 2. https://doi.org/10.4000/belgeo.48699
- Wolfe, M.F., Schwarzbach, S. Sulaiman, R.A. 1998. Effects of mercury on wildlife: A comprehensivereview.EnvironmentalToxicology and Chemistry 17(2): 146-160
- World Bank, 2009a. Enterprise surveys: Malawi country profile 2009. Enterprise surveys country profile. WorldBank Group, Washington, DC.